

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 097

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE JULHO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 020ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
02 DE JULHO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Carlos Simões.

Às dezesseis horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Nelson Justus; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1915

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário a preferência para discussão e votação do Projeto de Lei nº 507/2002, item 19 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1907

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a reinclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 364/2001, que autoriza o Governo a implantar o curso de Engenharia Mecânica, no Campus da Unioeste de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1916

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) CARLOS SIMÕES

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1915, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação do Projeto de Lei nº 507/2002, item 19 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Conforme requerimento aprovado, de autoria do deputado Neivo Beraldin, solicito que o referido projeto seja relatado pelo Plenário.

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 507/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 026/2002, que estabelece Lei Orgânica de Estatuto dos Auditores e Fiscais da Coordenação da Receita do Estado da Secretaria de Estado da Fazenda. (**Publ. no DA. nº 096/2002, de 02/07/2002**).

Solicito ao deputado Algaci Tulio que faça a relatoria sobre a constitucionalidade do projeto que estabelece Lei Orgânica de Estatuto dos Auditores e Fiscais da

Coordenação da Receita do Estado da Secretaria de Estado da Fazenda.

O SR. ALGACI TULIO
(**Procede à leitura**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em discussão o parecer, referente ao projeto de Lei nº 507/2002 - Mensagem nº 026/2002.

Em votação. **Aprovado.**

Em discussão o projeto.

Em votação. **Aprovado.**

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 677/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação de Caridade do Espírito Santo de Laranjal, com sede no município de Laranjal e foro no município de Palmital. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 187/2001, de 05/12/2001).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 030/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 02/2002, que dispõe sobre alterações na estrutura organizacional do Poder Executivo, compreendendo extinção de Secretarias de Estado, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 030/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As Secretarias de Estado, mencionadas neste artigo, ficam transformadas conforme segue:

I - a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL fica transformada em Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Econômico - SEPD, mediante a incorporação, ao seu âmbito de atuação, das atividades relativas à articulação do Governo com o setor privado, visando promover o desenvolvimento econômico; à definição de diretrizes, ao planejamento e à implementação da política de governo na área de turismo, previstas, respectivamente, no parágrafo 1º do artigo 2º da Lei nº 11.066, de 01 de fevereiro de 1995 e inciso III do artigo 2º da Lei nº 13035, de 04 de janeiro de 2001;

II - a Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP fica transformada em Secretaria de Estado da Segurança, da Justiça e da Cidadania - SESJ, mediante a incorporação, ao seu âmbito de atuação, das atividades concernentes ao relacionamento administrativo com os órgãos da Justiça; à perfeita integração com o Governo Federal sobre matéria de aplicação de Justiça; à orientação e proteção ao consumidor; à promoção e à defesa dos direitos da cidadania; ao estabelecimento de diretrizes e à

proposição de política estadual de prevenção, de repressão e de fiscalização do uso de entorpecentes; ao desenvolvimento de estudos e à adoção de medidas destinadas à preservação dos direitos humanos e sociais à garantia das liberdades individuais e coletivas, bem como do ordenamento social; à coordenação e ao controle da prestação de serviços de assistência judiciária gratuita aos necessitados, previstas no artigo 1º da Lei nº 9619, de 07 de junho de 1991, com alteração pela Lei nº 13035, de 04 de janeiro de 2001.

Art. 2º - Em decorrência do disposto no artigo anterior, ficam extintas:

I - a Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo - SEIT, a que se refere o inciso III do artigo 2º da Lei nº 13035, de 04 de janeiro de 2001;

II - a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU, criada pela Lei nº 9619, de 07 de junho de 1991.

Art. 3º - Fica extinta a Secretaria de Estado da Integração Regional - SEIR, a que se refere o inciso I do artigo 2º da Lei nº 13035, de 04 de janeiro de 2001, passando para o âmbito de atuação da Casa Civil, suas atribuições relativas à assistência e ao assessoramento ao Governador do Estado no trato de questões, providências e iniciativas do seu expediente oficial; à administração geral do palácio e das residências oficiais do Governo; ao desempenho das funções de integração da ação governamental dos diversos setores da administração pública, no âmbito regional.

Art. 4º - Em decorrência do disposto nos artigos anteriores, as entidades da administração indireta e os entes de cooperação, passam a vincular-se às Secretarias de Estado, conforme se indica:

I - a Companhia de Informática do Paraná - Celepar e o Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE, passam a vincular-se à Secretaria de Estado do Governo - SEEG;

II - a entidade autárquica Paraná Turismo, o Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná - IPEM/PR, o Centro de Convenções de Curitiba S/A, a Minerais do Paraná S/A - Mineropar, a Ambiental Paraná Florestas S/A e o serviço social autônomo Ecoparaná, passam a vincular-se à Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico - SEPD.

III - a entidade autárquica Junta Comercial do Paraná - Jucepar, passa a vincular-se à Secretaria de Estado da Segurança, da Justiça e da Cidadania - SESJ.

Parágrafo Único - A representação do Estado no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE e no Centro do Comércio Exterior do Paraná - Cexpar, passam para coordenação da Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico - SEPD.

Art. 5º - Fica criada a Agência Estadual de Obras Públicas - AGEOP, entidade autárquica, qualificada como Agência Executiva, com as finalidades e atribuições definidas no respectivo Regulamento, como resultado da fusão da Secretaria de Estado de Obras Públicas - SEOP com o Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção - Decom, regulamentados pelos Decretos nºs 641, de 06 de abril de 1995 e nº 988, de 05 de julho de 1995, respectivamente.

§ 1º - A qualificação da AGEOP como Agência Executiva implica em sua autonomia de gestão, assegurada pelo Contrato de Gestão, a ser celebrado com o Poder Executivo.

§ 2º - O governador do Estado designará grupo de trabalho para promover a apuração do patrimônio, servidores e demais ajustes administrativos decorrentes do disposto neste artigo.

Art. 6º - Ficam extintos os seguintes cargos de provimento em comissão, no âmbito do Poder Executivo Estadual:

I - na Secretaria de Estado da Integração Regional - SEIR: 01 (um) cargo de secretário de Estado; e 01 (um) cargo de chefe de gabinete do secretário, símbolo DAS- 5;

II - na Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico - SEPD: 02 (dois) cargos de chefe do Grupo de Planejamento Setorial, símbolo 1-C;

III - na Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP: 01 (um) cargo de chefe do Grupo Administrativo Setorial, símbolo 1-C; 01 (um) cargo de chefe do Grupo de Recursos Humanos Setorial, símbolo 1-C; 02 (dois) cargos de assistente técnico do Grupo Administrativo Setorial - símbolo 2-C; e 02 (dois) cargos de assistente técnico do Grupo Orçamentário e Financeiro Setorial, símbolo 2-C;

IV - na Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA: (02) dois cargos de chefe do Grupo Orçamentário e Financeiro Setorial, símbolo 1-C; e 04 (quatro) cargos de assistente técnico do Grupo Orçamentário e Financeiro Setorial, símbolo 2-C;

V - na Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo - SEIT: 01 (um) cargo de secretário de Estado; 01 (um) cargo de diretor geral, símbolo DAS-1; 03 (três) cargos de coordenador, símbolo DAS-2; e 01 (um) cargo de chefe de gabinete do secretário, símbolo DAS-5;

VI - na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania- SEJU: 01 (um) cargo de secretário de Estado; 01 (um) cargo de diretor geral de Secretaria de Estado, símbolo DAS-1; 01 (um) cargo de chefe de gabinete de secretário de Estado, símbolo DAS-5;

VII - na Secretaria de Estado de Obras Públicas - SEOP: 01 (um) cargo de secretário de Estado; 01 (um) cargo de diretor geral, símbolo DAS-1; 04 (quatro) car-

gos de assessor técnico, símbolo DAS-3; 01 (um) cargo de chefe de gabinete do secretário, símbolo DAS-5; 01 (um) cargo de assessor, símbolo DAS-5; 04 (quatro) cargos de coordenador, símbolo DAS-5; 03 (três) cargos de assistente, símbolo 1-C; 05 (cinco) cargos de assistente técnico, símbolo 1-C; e 02 (dois) cargos de assistente, símbolo 5-C;

VIII - no Departamento Estadual de Construção de Obras e Manutenção - DECOM: 01 (um) cargo de diretor presidente, símbolo DAS-1; e 02 (dois) cargos de diretor, símbolo DAS-2.

Art. 7º - Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Estadual, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - na Assessoria do Governador: 03 (três) cargos de assessor da Governadoria, símbolo DAS-5;

II - na Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico - SEPD: 03 (três) cargos de diretor de Departamento, símbolo DAS-1; 01 (um) cargo de assessor técnico, símbolo DAS-2; 09 (nove) cargos de gerente de programa, símbolo DAS-2; 01 (um) cargo de chefe de Núcleo, símbolo DAS-5; e 07 (sete) cargos de assistente, símbolo 15-C;

III - na Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEPA: 01 (um) cargo de chefe do Grupo Auxiliar Administrativo, símbolo 1-C;

IV - na Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA: 01 (um) cargo de chefe de Grupo Auxiliar Orçamentário e Financeiro, símbolo 1-C;

V - na Agência Estadual de Obras Públicas - AGEOP: 01 (um) cargo de diretor superintendente, símbolo DAS-1; 01 (um) cargo de diretor-adjunto, símbolo DAS-1; 03 (três) cargos de diretor, símbolo DAS-2; 03 (três) cargos de assessor técnico, símbolo DAS-3; 01 (um) cargo de chefe de gabinete, símbolo DAS-5; 10 (dez) cargos de gerente, símbolo DAS-5; e 03 (três) cargos de assistente técnico, símbolo 1-C;

VI - no Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR: 02 (dois) cargos de diretor, símbolo DAS-3;

VII - no serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR: 02 (dois) cargos de assessor, símbolo DAS-5;

VIII - na Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - SEAB: 01 (um) cargo de chefe de Núcleo Regional, símbolo DAS-5.

Art. 8º - Fica transformado, na Assessoria do Governador, 01 (um) cargo de chefe da Ouvidoria, símbolo DAS-5, para 01 (um) cargo de ouvidor, símbolo DAS-2.

Art. 9º - Aos ocupantes de cargos públicos com carreira definida pela Lei nº 11864, de 31 de outubro de 1997, não se aplica o disposto no artigo 7º da Lei nº 11071, de 22 de março de 1995.

Art. 10 - Fica instituído o Plano de Carreira dos Servidores Públicos, regidos pelas Leis Federais 5194, de 24 de dezembro de 1966 e 4076, de 23 de junho de 1962, com modificações posteriores, lotados na Secretaria dos Transportes e no Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná.

§ 1º - Os atuais servidores ativos e inativos, portadores de diplomas de nível superior definidos neste artigo, serão enquadrados neste Plano de Carreira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo procederá o enquadramento dos servidores definidos neste artigo, assim como definirá a Tabela de Vencimento do referido Plano de Carreira.

Art. 11 - Os servidores, cargos e carga patrimonial, das Secretarias de Estado e entidades da administração indireta atingidas por esta lei, ficam à disposição do Poder Executivo para implantação dos órgãos ou entidades, ora criados ou transformados.

Art. 12 - Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a alterar a denominação e a proceder o remanejamento dos cargos de provimento em comissão, para implantação da estrutura organizacional dos órgãos e entidades, no âmbito do Poder Executivo Estadual.

Art. 13 - Consideram-se equivalentes as denominações anteriores das Secretarias de Estado e de seus titulares, especialmente para efeito de leis e decretos anteriores e para questões operacionais relativas ao uso de papéis, documentos, carimbos e outras marcas oficiais.

Art. 14 - Os contratos, acordos, convênios e termos de ajustes que se encontram em execução pelos órgãos extintos ou transformados terão sua continuidade sob a responsabilidade a quem foi atribuída a competência dos serviços nos termos desta lei, à execução daqueles destinados por decreto.

Art. 15 - Fica o Poder Executivo autorizado a readequar as dotações do orçamento do exercício de 2002, no que se refere aos órgãos e entidades atingidos pela presente lei.

Parágrafo Único - Para implementação do disposto no *caput* deste artigo, fica autorizada a expedição de decretos regulamentares ou a abertura de créditos adicionais, utilizado como recursos as formas previstas no parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 16 - Fica a cargo da Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico - SEPD e da Secretaria de Estado do Governo - SEEG a responsabilidade pela reformulação dos atos organizacionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, que se fizerem necessários à implantação dos dispositivos desta lei.

Art. 17 - Fica, também, o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes administrativos e orçamentários decorrentes dos dispositivos desta lei.

Art. 18 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02.07.2002.

(a) ALGACI TULIO

Presidente e Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 248/2002, de autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, do município de Guaporema, com sede no município de Guaporema e foro no município de Cianorte. **Aprovado. (Publ. no DA nº 049/2002, de 24.04.2002).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 252/2002, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Odontologia do Norte do Paraná, com sede e foro no município de Londrina. **Aprovado. (Publ. no DA nº 049/2002, de 24.04.2002).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 271/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária de Moradores do Bairro Gleba 18 - ASCOMGLE, com sede e foro no município de Mariluz, comarca de Cruzeiro do Oeste. **Aprovado. (Publ. no DA nº 054/2002, de 06.05.2002).**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 335/2002, de autoria do deputado Milton Pupio, que declara de Utilidade Pública a APM (Associação de Proteção à Maternidade e à Infância), do município de Lunardelli, com sede e foro no município de Lunardelli. **Aprovado. (Publ. no DA nº 061/2002, de 15.05.2002).**

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 351/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Pinheirão - A.P.R.P., com sede no município de Araruna, comarca de Peabiru e foro na mesma comarca. **Aprovado. (Publ. no DA nº 065/2002, de 21.05.2002).**

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 357/2002, de autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da

Escola Dinâmica - APAMDI, com sede e foro no município de Maringá. **Aprovado. (Publ. no DA nº 065/2002, de 21.05.2002).**

ITEM 09

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 363/2002, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores da Vila Idalina do município de São José dos Pinhais, com sede e foro no mesmo município. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 363/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Idalina, com sede e foro no município de São José dos Pinhais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27.06.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 10

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 399/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre o diferimento do Pagamento do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 399/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica diferido o pagamento do ICMS nas operações internas, com equipamentos, aço, cimento, óleo diesel e cinzas volantes (resíduos de carvão mineral) a serem utilizados na construção, no Estado do Paraná de Usinas Hidrelétricas, Pequenas Usinas Hidrelétricas, Usinas Termelétricas, Usinas Elétricas a Gás, Centrais Térmicas, como também, nas obras de reabilitação e ampliação de minas de carvão.

Art. 2º - Encerra-se a fase do diferimento, em relação aos produtos arrolados no artigo anterior, quando da ulterior saída da energia elétrica e do carvão produzidos pelas empresas relacionadas no artigo 2º, salvo se houver disposição específica de diferimento, ou outra

forma de substituição tributária, ou suspensão do imposto, hipóteses em que observar-se-á a regra pertinente.

Art. 3º - O Poder Executivo estabelecerá regras para o controle das operações e para o acompanhamento da fruição regular do regime fiscal estabelecido nesta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02.07.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 11

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 417/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Pré-Escola Municipal Casinha Feliz, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 417/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Pré-Escola Municipal Casinha Feliz, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02.07.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 12

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 386/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 021/2002, que institui o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, composto pelos atuais funcionários públicos civis da administração direta e autárquica, estabelecendo sua estrutura administrativa e funcional. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA EPROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 400/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a ceder imóveis situados no município de Ribeirão do Pinhal. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 426/2002, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que dispõe sobre a concessão de Títulos de Propriedade sobre imóveis integrantes do loteamento denominado Conjunto Habitacional Vitória, localizado no município de Dois Vizinhos, e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 368/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pecuaristas da Região de Campina da Lagoa - APRECA, com sede e foro no município de Campina da Lagoa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 068/2002, de 27.05.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 368/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pecuarista da Região de Campina da Lagoa - Aprecal, com sede e foro no município de Campina da Lagoa.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 468/2002, de autoria do deputado Plauto Miró, que institui a gratificação de incentivo à titulação aos servidores integrantes da carreira do pessoal técnico administrativo das instituições estaduais de ensino superior do Paraná. **(Publ. no DA. nº 087/2002, de 25/06/2002).**

O SR. HERMES FONSECA **(Pela Ordem)**

Senhor presidente, tanto o Projeto de Lei nº 468/2002 quanto o Projeto nº 507/2002 não foram anexados, não foram publicados. Temos que ter pelo menos conhecimento dessa matéria para podermos votar.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Qual item que V. Exa. fala?

O SR. HERMES FONSECA

Os itens 16 e 17, que foi invertida a pauta.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Mas o item 17 já foi votado, deputado! É matéria vencida!

O SR. HERMES FONSECA

... nós teremos a 2ª votação, aí é a constitucionalidade apenas...

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Sim, nós vamos dar conhecimento a V. Exa. nobre deputado Hermes Fonseca, o item nº 16 nós vamos deixar de votar porque ele está sem parecer e não está incluído nos requerimentos que pediam para transformar o Plenário em Comissão Geral.

O SR. HERMES FONSECA

Além do que ele é inconstitucional.

O SR. NEREU MOURA

O 17º o senhor não vai votar, presidente?

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Já foi votado em 1ª, prioridade de votação, de acordo com o requerimento do deputado Neivo Beraldin.

O SR. HERMES FONSECA

Embora já tenha sido votado, queremos tomar conhecimento do projeto para a 2ª Discussão.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Daremos conhecimento a V. Exa. e aos demais parlamentares, e quero participar que estou fazendo uma emenda substitutiva da totalidade do projeto que vou apresentar agora em 2ª discussão.

Requerimento nº 1907, de autoria do deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Incluir no mês de agosto.**

Requerimento nº 1916, de autoria do deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 495/2001.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nºs 386 e 467/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 368 e 507/2002.

Levanta-se a Sessão.